

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO 2100000332_VC_03NS

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

ARTIGO 1.º - Objeto de contratação

ARTIGO 2.º - Entidade Adjudicante

ARTIGO 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

ARTIGO 4.º - Fundamento da escolha do procedimento

ARTIGO 5.º - Órgão Competente para prestar esclarecimentos

ARTIGO 6.º - Disponibilização das peças do procedimento

CAPÍTULO II - Apresentação de Proposta e habilitação

ARTIGO 7.º - Interessados

ARTIGO 8.º - Agrupamento de Concorrentes

ARTIGO 9.º - Documentos de Habilitação

ARTIGO 10.º - Prazo de supressão de irregularidades

ARTIGO 11.º - Documentos da proposta

ARTIGO 12.º - Idioma dos documentos da proposta

ARTIGO 13.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta

ARTIGO 14.º - Preço anormalmente baixo

ARTIGO 15.º - Propostas variantes

ARTIGO 16.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas

ARTIGO 17.º - Critério de Adjudicação

ARTIGO 18.º - Critério de desempate

ARTIGO 19.º - Prestação da Caução

CAPÍTULO III - Disposições finais

ARTIGO 20.º - Celebração do Contrato

ARTIGO 21.º - Falsidade de documentos e de declarações

ARTIGO 22.º - Legislação aplicável

CAPÍTULO IV - Disposições finais

CAPÍTULO V - Cláusulas Técnicas

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

Objeto de contratação

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços, por lotes, com vista à certificação energética de um conjunto de edifícios da Universidade de Lisboa e das suas Escolas e/ou Serviços de acordo com a seguinte divisão, por lotes:

LOTE 1 - Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (ULisboa)

LOTE 2 - Faculdade de Belas-Artes (FBA)

LOTE 3 - Faculdade de Letras (FL)

LOTE 4 - Faculdade de Medicina (FM)

LOTE 5 - Faculdade de Motricidade Humana (FMH)

LOTE 6 - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)

LOTE 7 - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

LOTE 8 - Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASULisboa)

2. A contratação tem a necessidade fundamentada no seguinte: Os edifícios alvo do presente procedimento são, nos termos da alínea p) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, considerados Grandes Edifícios de Serviços (GES), cuja área útil de pavimento, sem considerar os espaços interiores não úteis, é igual ou superior a 1.000 m². Os referidos edifícios, bem como, aqueles que sejam detidos e ocupados por uma entidade pública, frequentemente visitados pelo público e com uma área interior útil de pavimento superior a 250 m² estão obrigados à obtenção de um Certificado Energético, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º do referido diploma.

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro constitui obrigação do proprietário do edifício, a afixação do respetivo certificado energético na entrada do edifício, em local claramente visível para o público em geral, a fim de possibilitar a perceção da informação sobre o desempenho energético dos GES e dos edifícios detidos e ocupados por entidades públicas.

Neste contexto, o presente procedimento visa dar cumprimento à obrigatoriedade estabelecida no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), pela obtenção e/ou atualização de um certificado SCE válido para cada edifício.

Para além disso, é pretendido ainda dotar a Universidade de Lisboa de uma importante ferramenta para a submissão de candidaturas a fundos no âmbito da eficiência energética, na medida em que a obtenção de Certificado Energético constitui, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, condição para que os edifícios sejam alvo de programas de financiamento no âmbito da melhoria do seu desempenho energético.

3. O presente procedimento corresponde ao código 71314000-2 - Serviços relacionados com a energia e afins, do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

ARTIGO 2.º

Entidade Adjudicante

1. O presente procedimento é realizado em agrupamento de entidades adjudicantes para os seguintes:
Universidade de Lisboa-Serviços Centrais (ULisboa)

Faculdade de Belas Artes (FBAULisboa)
Faculdade de Letras (FLULisboa)
Faculdade de Medicina (FMULisboa)
Faculdade de Motricidade Humana (FMHULisboa)
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPULisboa)
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEGUL)
Serviços de Ação Social (SASULisboa);

2. As entidades adjudicantes referidas são representadas, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, neste procedimento, pela Universidade de Lisboa, adiante abreviadamente designada por ULisboa, sita na Alameda da Universidade, 1649-004 Lisboa, telefone 351 210 113 400, endereço de correio eletrónico geral.aca@reitoria.ulisboa.pt e outros contactos disponíveis no endereço <https://www.ulisboa.pt/info/contactos>.

3. A Universidade de Lisboa - Serviços Centrais é a responsável pelo Agrupamento. O Núcleo de Compras e Aprovisionamento assegura o lançamento e acompanhamento do procedimento.

ARTIGO 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada, conjuntamente, pelo Reitor da ULisboa, e pelos órgãos competentes das respetivas escolas, no uso de competência própria:

Universidade de Lisboa-Serviços Centrais (ULisboa); 510739024; António Manuel da Cruz Serra; Reitor;
Faculdade de Belas Artes (FBAULisboa); 504035541; Fernando António Pereira; Presidente;
Faculdade de Letras (FLULisboa); 502657456; Miguel Bénard da Costa Tamen; Diretor;
Faculdade de Medicina (FMULisboa); 502662875; Fausto José Conceição Alexandre Pinto; Diretor;
Faculdade de Motricidade Humana (FMHULisboa); 501621288; Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha; Presidente;
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPULisboa); 600019152; Ricardo João Magro Ramos Pinto Presidente;
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEGUL); 502488603; Clara Patricia Costa Raposo; Presidente;
Serviços de Ação Social (SASULisboa); 510762980; Luís Manuel dos Anjos Ferreira; Vice-Reitor;

ARTIGO 4.º

Fundamento da escolha do procedimento

O tipo de procedimento adotado é o Concurso Público nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º e dos artigos 130.º a 139.º, todos do mesmo código.

ARTIGO 5.º

Órgão Competente para prestar esclarecimentos

Nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, o órgão competente para a Decisão de Contratar, delegou no júri do procedimento, a competência para prestar esclarecimentos.

ARTIGO 6.º

Disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento são constituídas, nos termos da alínea c) do n.º1 do art.40º do CCP, pelo anúncio, o programa de concurso e pelo caderno de encargos, bem como, pela demais documentação que dele faça parte integrante.
2. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.

CAPÍTULO II

Apresentação de Proposta e habilitação

ARTIGO 7.º

Interessados

Podem responder ao presente Programa de Concurso os interessados que não se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º (Impedimentos) do CCP, ou que, encontrando-se numa das situações descritas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 desse artigo, demonstrem que as mesmas poderão ser relevadas ao abrigo do disposto no art.º 55.º - A.

ARTIGO 8.º

Agrupamento de Concorrentes

1. As entidades que integrarem um agrupamento concorrente devem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura eletrónica dos documentos da proposta e a receção de notificações e comunicações, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.
2. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante e, em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 9.º

Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no art.º 81.º do CCP:
Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º :
- Certificados dos Registos Criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;

- Certificado do Registo Criminal da empresa;

Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do n.º1 do art.º 55.º:

- Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social;

Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 55:

- Certidão comprovativa da regularização da situação tributária.

Documento comprovativo da titularidade de habilitações e das autorizações/títulos profissionais dos peritos qualificados e técnicos do SCE (estes últimos, se aplicável) que integram a equipa de trabalho, em cumprimento das condições de acesso e de exercício da atividade definidas na Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto, na sua atual redação.

2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou em língua estrangeira, desde que o adjudicatário os faça acompanhar de tradução devidamente legalizada.

ARTIGO 10.º

Prazo de supressão de irregularidades

No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário é notificado para supri-las no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

ARTIGO 11.º

Documentos da proposta

Conforme disposto no art.57.º CCP, a proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º1 do art. 57.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo I.

2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:

a) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o Anexo A ao Programa de Concurso, devidamente preenchido de acordo com o(s) lote(s) a que o concorrente pretende apresentar proposta:

Anexo A.1. - Lote 1 - Serviços Centrais da Universidade de Lisboa

Anexo A.2. - Lote 2 - Faculdade de Belas-Artes (FBA)

Anexo A.3. - Lote 3 - Faculdade de Letras (FL)

Anexo A.4. - Lote 4 - Faculdade de Medicina (FM)

Anexo A.5. - Lote 5 - Faculdade de Motricidade Humana (FMH)

Anexo A.6. - Lote 6 - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)

Anexo A.7. - Lote 7 - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

Anexo A.8. - Lote 8 - Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa

O concorrente deverá preencher a(s) folha(s) do Anexo A ao Programa de Concurso, de acordo com o(s) lote(s) a que pretende apresentar proposta de preço para a emissão e/ou atualização do certificado energético de cada edifício objeto do presente procedimento. Para o efeito, deverá o concorrente preencher apenas as colunas E e F, assinaladas a cinzento, com a proposta de preço unitário por edifício, e o valor correspondente à taxa para registo do CE no Portal SCE, em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor à data limite para a apresentação de propostas. O concorrente terá de apresentar obrigatoriamente, sob pena de exclusão, proposta de preço para o total de edifícios que integram cada lote a que pretende concorrer.

No Anexo A ao Programa de Concurso constará o valor total da proposta do concorrente para cada lote e, se aplicável, para o total de lotes a que apresenta proposta de preço. O concorrente terá de apresentar obrigatoriamente, sob pena de exclusão, o documento em formato PDF, devidamente assinado digitalmente.

3. Documentos que contenham os termos ou condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, de acordo com o seguinte, para cada lote:

a) Documento com a descrição dos trabalhos a incluir no âmbito da prestação dos serviços objeto do presente procedimento, bem como, com um planeamento dos prazos para a emissão e/ou atualização dos CE de cada edifício que integra cada lote objeto do presente procedimento, sendo aqui fixado o limite máximo a que as propostas se encontram vinculadas determinando-se, consequentemente, a exclusão de todas aquelas cujos termos ou condições o ultrapassem:

- Prazo para a emissão e/ou atualização dos CE do total de edifícios que integram cada lote objeto do presente procedimento: no máximo, até à data limite de 30.11.2021.

Os concorrentes que apresentarem proposta de preço para 2 ou mais lotes e/ou para os lotes que integram mais do que um edifício e cujo âmbito se relaciona com a atualização do CE, deverão considerar, para efeitos de planeamento dos trabalhos, os respetivos prazos de validade, devendo atribuir prioridade aos edifícios cujos prazos de validade dos CE se encontre expirado e/ou a expirar mais cedo;

b) Documento com a constituição da equipa e respetivas habilitações profissionais dos peritos qualificados a afetar à prestação dos serviços objeto do presente procedimento, para cada lote, os quais se deverão encontrar devidamente habilitados à prestação dos serviços objeto do presente procedimento.

c) Nos termos da alínea anterior, a equipa deverá, obrigatoriamente, integrar, pelo menos, um Perito Qualificado (PQ) de categoria PQ-II a fim de assegurar as condições necessárias à eventual elaboração e posterior submissão de um Plano de Melhoria do Desempenho Energético dos Edifícios (PDEE), conforme disposto na alínea f) do n.º 2 do Anexo ao Despacho n.º 6476-D/2021, de 1 de julho.

4. Podem também integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do CCP, de acordo com os quais se propõe contratar.

5. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismo e por extenso, e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo.

5. No caso da apresentação de preços parciais e existindo divergência entre a soma dos preços parciais e o preço global indicado, prevalece, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

7. Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art. 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8. Quando não seja possível, através do certificado digital qualificado, determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no certificado, deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente.

ARTIGO 12.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

ARTIGO 13.º

Prazo e modo para a apresentação da proposta

As propostas devem ser apresentadas via plataforma eletrónica ACINGOV até às 23h59m do 12.º(décimo segundo) dia a contar da data de publicação do DRE e da respetiva disponibilização das peças do procedimento na plataforma.

ARTIGO 14.º

Preço anormalmente baixo

Não é definido nenhum preço anormalmente baixo.

ARTIGO 15.º **Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

ARTIGO 16.º **Prazo da obrigação de manutenção de propostas**

O prazo de validade das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data de termo do prazo fixado para a sua apresentação.

ARTIGO 17.º **Critério de Adjudicação**

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade, Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

ARTIGO 18.º **Critério de desempate**

Em caso de empate, deverão aplicar-se, por lote, os seguintes critérios:

LOTE 1 - Serviços Centrais - Universidade de Lisboa

- 1.º Proposta do concorrente que apresentar o mais baixo preço para a certificação energética do edifício Balneários de Rugby do Estádio Universitário de Lisboa;
- 2.º Sorteio na presença dos interessados.

LOTE 2 - Faculdade de Belas-Artes (FBA)

- 1.º Sorteio na presença dos interessados.

LOTE 3 - Faculdade de Letras (FL)

- 1.º Sorteio na presença dos interessados.

LOTE 4 - Faculdade de Medicina (FM)

- 1.º Sorteio na presença dos interessados.

LOTE 5 - Faculdade de Motricidade Humana (FMH)

- 1.º Proposta do concorrente que apresentar o mais baixo preço para a certificação energética do edifício Costa (que inclui o edifício Ciências do Desporto);
- 2.º Proposta do concorrente que apresentar o mais baixo preço para a certificação do edifício Esteiros;
- 3.º Sorteio na presença dos interessados.

LOTE 6 - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)

- 1.º Proposta do concorrente que apresentar o mais baixo preço para a certificação energética do edifício do ISCSP;
- 2.º Sorteio na presença dos interessados.

LOTE 7 - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

- 1.º Proposta do concorrente que apresentar o mais baixo preço para a certificação energética do edifício das Francesinhas;
- 2.º Proposta do concorrente que apresentar o mais baixo preço para a certificação energética do edifício do Quelhas n.º 6;
- 3.º Sorteio na presença dos interessados.

LOTE 8 - Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASULisboa)

- 1.º Proposta do concorrente que apresentar o mais baixo preço para a certificação do edifício da Cantina do Pólo Universitário da Ajuda;
- 2.º Proposta do concorrente que apresentar o mais baixo preço para a certificação do edifício da Residência FMH1 e FMH2;
- 3.º Sorteio na presença dos interessados.

ARTIGO 19.º

Prestação da Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução.

CAPÍTULO III

Disposições finais

ARTIGO 20.º

Celebração do Contrato

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação.
2. A outorga do contrato, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 104.º, pode ser realizada por recurso a assinatura por meios eletrónicos, não podendo neste caso o prazo para a outorga e envio do contrato ser inferior a 3 (três) dias úteis.

ARTIGO 21.º

Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

ARTIGO 22.º **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO IV **Disposições finais**

CAPÍTULO V **Cláusulas Técnicas**